

Revista do Departamento de Geografia, 15 (2002) 65–75.

# ESPAÇO-TEMPO NA CIDADE DE SÃO PAULO: HISTORICIDADE E ESPACIALIDADE DO "BAIRRO" DA ÁGUA BRANCA

Aluísio Wellichan Ramos\*

**Resumo:** Este artigo procura discutir algumas questões sobre a relação espaço-tempo na cidade de São Paulo e suas implicações teórico-metodológicas na pesquisa geográfica. O conteúdo da discussão está baseado, em grande medida, em estudos empíricos sobre um bairro da cidade de São Paulo, denominado Água Branca (localizado no setor oeste próximo da cidade). Tais estudos, ao partirem da realidade presente em sua complexidade, revelaram na Água Branca diversas espacialidades ao longo da história. Foi possível então compreender o presente desse espaço de forma mais ampla<sup>1</sup>. Temos como base das discussões a interação entre a abordagem teórica da industrialização, da urbanização e de suas relações com análises empíricas desse local. No centro da discussão estão o bairro e a concepção de bairro que, na verdade, são o ponto de partida da análise. Tentaremos mostrar que o bairro aqui é descoberto e redescoberto, a partir do movimento inseparável do *espaço-tempo*.

**Palavras-chave:** Bairro; Cidade; Urbanização; Espaço.

## Introdução

Iniciamos questionando a Água Branca como bairro, o que significa dizer que, diante da realidade concreta, perguntamos-nos se aquele espaço era efetivamente um bairro (levando-se em conta o conceito de bairro, discutido a seguir) ou enquadrava-se em outra categoria espacial. Diante da hipótese de não ser, aquele espaço, um bairro, como então defini-lo? Em seguida, descobrimos que a sua dinâmica espacial é mais complexa e ampla. O local, como tentaremos demonstrar neste artigo, foi efetivamente um bairro paulistano, definindo-se como uma espacialidade específica, mas datada temporalmente e que não existe mais. A Água Branca teve e tem atualmente outras espacialidades, anteriores e posteriores à formação e desestruturação do bairro.

O método que tentamos utilizar nesta pesquisa, denominado *regressivo-progressivo*, formulado por Henri Lefèbvre, com base em proposições inicialmente formuladas por Marx, possibilitou um entendimento mais rico da realidade histórico-concreta, ao mesmo tempo que se mostrou eficaz para o entendimento da complexidade da realidade presente que questionamos no início.

Discutimos, em primeiro lugar, a noção de bairro vinculada a um entendimento teórico da cidade e do urbano, ressaltando o conceito de espacialidade, que exprime uma organização geral de um determinado espaço num determi-

nado tempo. Em seguida, retomamos a realidade concreta da Água Branca à luz da abordagem teórico-metodológica apresentada, buscando interpretar a sua história enquanto dinâmica espaço-temporal.

## Bairro e vida de bairro: proposições teóricas

Um primeiro ponto sobre o qual devemos insistir, no que tange ao bairro, é que este não é definido política e administrativamente, característica esta que faz muita diferença, tanto em seu entendimento histórico, quanto em sua definição. Não se trata, pois, de uma área demarcada, limitada, simples suporte físico-administrativo de uma determinada população. Diante dessa constatação, simples, porém importante, o que poderia definir o bairro? Como pensar o bairro? Quando pensamos na definição de bairro, a que exatamente estamos nos referindo?

Segundo GEORGE (1983), o bairro é: a unidade de base da vida urbana. [...] O morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro. [...] É com base no bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular. Finalmente, e não é o menos importante, o bairro tem um nome que lhe confere uma personalidade dentro da cidade (p.76).

\* Rua Cayowaá, 1236 apto. 134, 05018-001 São Paulo (SP), Brasil. 05018-001. e-mail [aluizio@usp.br](mailto:aluizio@usp.br) ou [awramos@uol.com.br](mailto:awramos@uol.com.br).

1 O artigo trata de questões abordadas na dissertação de mestrado do autor. Pesquisa subvencionada pela Fapesp, processo: 99/10123-3.

Por sua vez, LEFÈBVRE (1975) traz uma concepção mais precisa de bairro ao criticar a "ideologia do bairro", que o preconiza como essência da realidade urbana, como um âmbito natural da vida social. Tal crítica atenta contra a idéia, muitas vezes habitual, de que o bairro é capaz de organizar a vida urbana contemporânea, servindo como um modelo. Tal ideologia<sup>2</sup> falsamente tenta vincular o bairro às instituições, quando, em realidade, "(...) as instituições não têm nada em comum com o bairro; hoje, mais do que nunca, elas o extrapolam, o dominam (...)" (LEFÈBVRE, 1975:198).

Mas Lefèbvre não se limita à crítica à "ideologia do bairro", ele vai além, propondo uma maneira de pensá-lo. Segundo esse autor, o bairro só pode ser definido a partir da cidade entendida como totalidade. Ou seja, o bairro não existe como uma unidade isolada e autônoma. Nesse sentido, apoiados nas formulações de Lefèbvre para a compreensão do bairro, podemos questionar um ponto fundamental na definição de Pierre George, citada anteriormente, uma vez que para ele, o bairro é uma "unidade de base da vida urbana". O bairro é uma unidade, porém, como propõe LEFÈBVRE (1975), uma "unidade sociológica relativa", que só pode ser pensada tendo-se em vista a cidade como totalidade, não sendo, pois, a base da vida urbana.

Assim: O único procedimento científico para compreendê-lo (o bairro), para defini-lo, determinando seus limites e seu grau de realidade, é o que se baseia na cidade como totalidade e não como conjunto de elementos ou série de aspectos que engloba (e em consequência na sociedade como um todo superior às formas, às estruturas e às funções). Sejam quais forem as dificuldades de acesso à totalidade e de apreensão do global, este procedimento é o único aceitável; é o único que evita a inadmissível redução do conjunto aos elementos (LEFÈBVRE, 1975:199).

Além disso, a base da vida urbana para LEFÈBVRE é o centro. É a noção de centralidade que constrói, que torna possível a cidade e seus bairros. Por isso, a centralidade é a essência da cidade.

A todos quantos vivam a qualquer distância do centro mas se reconheçam nele pertence a cidade. A cidade e seus bairros como núcleos da vida local constituem uma unidade plena de diversidade (SEABRA, 2001:2).

Por isso, o bairro não pode ser pensado de forma atemporal, ou seja, ignorando a história da cidade, pois ele não tem um grau de realidade constante ao longo dela e sua existência histórico-concreta depende da conjunção de vários aspectos da sociabilidade de um local ao longo de um dado período<sup>3</sup>. Daí afirmar LEFÈBVRE (1975) que o bairro não é a essência da vida urbana, sendo uma organização espacial mais conjuntural do que estrutural.

Torna-se, portanto, necessário compreender qual é o estatuto do bairro na história urbana e por que tanto se evoca o bairro. Afinal, é preciso não deixar margem às ontologias nem às nostalgias. Impõe-se compreender a historicidade do bairro (SEABRA, 2000:11).

Por outro lado, o bairro também pode ser entendido como uma mediação entre o espaço privado (da casa, da família) e o público, entre a vida familiar e as relações societárias mais amplas. De tal forma que o bairro é o *locus* de uma sociabilidade intermediária, baseada em larga medida no compartilhamento de referenciais espaciais comuns, como o espaço do encontro, construído no nível da vida cotidiana.

Assim, os bairros terão graus de realidade distintos em momentos diferentes de sua história, de acordo com suas singularidades no interior de uma cidade. LEFÈBVRE (1975) aponta algumas características e idéias que podem orientar o estudo metódico dos bairros: 1) existem bairros que podem ser definidos como um simples resquício que se mantém por inércia devido ao peso da história; 2) os bairros também podem ser tidos como "uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária" (LEFÈBVRE, 1975:201). Na ausência dos bairros, tal como na ausência de ruas, não há cidade, embora possa haver tecido urbano, aglomeração, megalópoles; 3) o bairro pode ter uma existência parcial, ao mesmo tempo para o sociólogo e para o habitante. Nesse caso, "constituem-se relações interpessoais mais ou menos duradouras e profundas. É o maior dos pequenos grupos sociais e o menor dos grandes" (LEFÈBVRE, *op. cit.*).

Ao bairro, corresponde, pois: Um equipamento mais ou menos suficiente e completo. Não só um monumento (igreja), mas uma escola, uma agência dos correios, uma zona

2 É importante salientar, ainda que de maneira sucinta, o entendimento do funcionamento das ideologias segundo Lefèbvre. Para o autor, "uma ideologia procede por extrapolação. Parte de 'qualquer coisa', aumentando sua importância, trocando o relativo pelo absoluto, o acidental pelo essencial, o secundário pelo primordial, o fato pela norma e valor" (LEFÈBVRE, 1975:199).

3 Segundo LEFÈBVRE (1975), "a sociologia admite níveis de realidade, como também de pensamento; não há um 'tudo ou nada' de existência, de realidade, de coerência sociológica, mas uma extensa gama" (p. 201).

comercial, etc. Um determinado bairro, desta forma, não é por si só auto-suficiente. O equipamento depende de grupos funcionais mais amplos, ativos à escala da cidade, da região, do país. A estrutura do bairro depende estreitamente de outras estruturas mais vastas: municipalidades, poder político, instituições (LEFÈBVRE, 1975:201-202).

Porém, é no nível do bairro que "o espaço e o tempo dos habitantes tomam forma e sentido no espaço urbano" (LEFÈBVRE, 1975:202).

Tais idéias enumeradas acima não se anulam, ao contrário, se complementam. Ou seja, tais formulações não negam umas às outras. Daí a proposta de LEFÈBVRE (1975), num primeiro nível analítico, de estabelecer uma *tipologia dos bairros*.

Tal tipologia pode permitir, através de um inventário e da comparação dos equipamentos: Classificar os bairros em diferentes tipos – os que se mantêm, os que se consolidam, os que desaparecem. Esta classificação exige o estudo das imbricações e relações internas e externas entre os bairros e o meio circundante [...] Evidentemente a tipologia não é suficiente. Mantém-se classificadora e estática. Deve prolongar-se com um estudo da tendência geral. E esta tendência vai em direção ao reforço ou, ao contrário (é o que pensamos) vai em direção ao desaparecimento do bairro? Existem várias tendências conforme a cidade cresça ou se estanque, conforme o tipo de crescimento da cidade, por exemplo, pela indústria, pelos serviços ou pela via política? Na maioria das cidades, a investigação da tendência se insere dentro do estudo da região, do território que a rodeia e do planejamento deste território (LEFÈBVRE, 1975:202-203).

Por isso, no que se refere à Água Branca, foi necessário estudá-la, procurando compreendê-la (na história) desde a sua formação, por volta de meados do século XIX, como uma localidade rural que, cerca de duas décadas depois, passou a se definir como espaço industrial e operário que, com o tempo, consolidou-se como bairro paulistano que, depois se desestruturou. Tal estudo nos dá subsídios para o entendimento das diversas espacialidades acumuladas nesse local ao longo do período histórico aqui analisado (meados do século XIX até hoje).

Além disso, segundo SOUZA (1989), o bairro é definido, ao mesmo tempo, por uma existência concreta-objetiva e por uma existência subjetiva-intersubjetiva. Ou seja, ele é definido a partir de critérios objetivos, apurados diante do espaço sensível e, simultaneamente, a partir de critérios que

mergulham na intersubjetividade do grupo social que nele vive e o aceita como bairro. Essas duas dimensões interpenetram-se, condicionam-se, não se separam e definem o bairro ao longo do processo histórico.

Assim, segundo SOUZA (1989): A rigor, a realidade social como um todo estabelece-se como uma dialética entre o objetivo e o subjetivo. No entanto, o bairro pertence àquela categoria de "pedaços da realidade social" que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações. [...] A atribuição de um significado ao bairro, a formação de uma imagem mental forte, a construção da identidade do bairro na mente do indivíduo, a própria bairrofilia, dependem de diversas circunstâncias (p. 149).

Tais atributos do bairro estão compreendidos nos meandros que percorrem os elementos da relação dialética objetivo-subjetivo. Sem esta interação, mutuamente determinada (objetivo-subjetivo), os bairros, ou são coisificados, pela objetividade extrema, ou, por outro lado, fantasmagorizados, pela subjetividade extrema.

SOUZA (1989) esclarece ainda que: As pessoas inconsciente ou conscientemente sempre "demarcam" seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro. Os limites do bairro podem ser imprecisos, podem variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a intersubjetividade, para uma ampla interseção de subjetividades individuais (p.150).

Outro ponto crucial que cumpre esclarecer, refere-se ao entendimento que temos do processo de urbanização e de suas relações com a industrialização. Pois, em nosso entender, não se pode compreender o local e sua historicidade sem ter clara a concepção dos processos que alimentam as suas transformações.

A urbanização aqui é entendida como um processo de transformação da cidade e de generalização do modo de vida urbano. A cidade pode ser entendida como uma morfologia material e o urbano, como uma morfologia social (LEFÈBVRE, 1991).

Nesse sentido, a cidade, para LEFÈBVRE (1991), seria: Realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento (p.49).

Portando, a cidade seria a base material onde se desenvolvem as relações sociais que em conjunto definem o modo de vida urbano, ou simplesmente, o urbano. Tal modo de vida, inclusive, tende a se generalizar a ponto de predominar na sociedade como um todo, formando a sociedade urbana, que está além da cidade (morfologia material), podendo estar também fora dela, nas morfologias rurais, no campo, que se urbaniza, mesmo que a cidade não esteja nele. O urbano (como modo de vida) efetivamente pode estar.

No entanto, temos de tomar cuidado com essa distinção entre a cidade e o urbano colocada acima, pois ela pode tornar-se perigosa, porque “o ‘urbano’ não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica” (LEFÈBVRE, 1991:49), estando dialeticamente vinculado à cidade, a uma base prático-sensível indispensável. Uma base que constitui, muitas vezes, um centro (ou centros) dessa vida urbana que, segundo a interpretação de LEFÈBVRE (1999b), tende a se generalizar por toda a sociedade, configurando a sociedade urbana, na qual o rural e todos os modos de vida anteriores não desaparecem, mas tornam-se residuais.

A cidade preexiste em relação ao processo de urbanização, o qual tem como indutor o processo de industrialização. A cidade era uma obra, no sentido de uma obra de arte, antes da industrialização. O modo de vida urbano, engendrado nas cidades pré-industriais, fazia com que o espaço fosse apropriado pelos seus cidadãos. O valor de uso do espaço predominava sobre o valor de troca. No entanto, a partir da industrialização, a cidade converte-se em produto do capital e a seu serviço. O

valor de troca passa a predominar sobre o uso. Além disso, esse novo urbano se generaliza, tendencialmente, à toda a sociedade, faz com que a cidade (pré-industrial) imploda e exploda, configurando em determinados locais as grandes metrópoles, que têm um poder de controle sobre extensas porções do território. Um controle que está longe dos cidadãos (estes, agora alienados, não se apropriam do espaço), que está nas mãos dos agentes do capital (LEFÈBVRE, 1991). No estágio atual do processo de urbanização impõe-se um modo de vida absolutamente distinto do modo de vida tanto das cidades pré-industriais (obras) quanto do modo de vida rural. Estes passam a existir na sociedade urbana como resíduos de épocas anteriores.

Tais resíduos dos modos de vida anteriores ao modo de vida urbano atual são fundamentais na análise. Por isso, surge a abordagem das diversas espacialidades/temporalidades/sociabilidades que se sobrepõem<sup>4</sup>. Tais noções estão profundamente vinculadas, sendo muito complicado tratar de uma sem tocar nas outras, ou seja, seria como falar em espaço sem sociedade, ou em sociedade sem espaço, ou então separar o tempo do espaço e vice-versa. Não há história sem espaço e tampouco espaço sem história. Se o espaço é social, tem uma história. E a história, sendo social, também ocorre em determinados espaços com implicações específicas; por isso, tem uma espacialidade, ainda que, muitas vezes, omitida. Também aqui recorreremos a LEFÈBVRE (1975), quando ele parte da idéia de que a cidade “é um espaço-tempo e não somente uma projeção de uma estrutura social, da sociedade como um todo em um mero espaço” (p.142). O bairro é, pois, tido aqui como uma categoria socioespacial, o que inclui diversas espacialidades/temporalidades/sociabilidades sobrepostas.

Esse entendimento sobre o bairro e o urbano aqui exposto foi nosso ponto de partida para a busca da compreensão da realidade do bairro no local designado como Água Branca. O decorrer da pesquisa efetivamente mostrou que a Água Branca existiu como um bairro durante um certo período, que será devidamente datado a seguir. O bairro, vale frisar, deve ser entendido como uma espacialidade que tem sua existência determinada pela relação dos processos históricos mais amplos com os processos sociais que ocorrem na escala local.

4 Entendemos por “espacialidades diversas” a coexistência de formas de organização espacial datadas de outros momentos. Assim, uma espacialidade é uma certa forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras. Por sua vez, sociabilidade está vinculada à idéia de um determinado modo de vida, ou seja, uma organização geral das relações sociais entre os indivíduos e entre os grupos num determinado momento. Em suma, estes três termos remetem à mesma idéia geral, porém o acento é que os torna diferentes. Ou seja, se falamos em espacialidade, colocamos o acento no espaço, se usamos o termo temporalidade, acentuamos o tempo e assim por diante. Dependendo do autor, o termo utilizado pode variar, mas a idéia que está por trás no uso desses termos é basicamente a mesma. MAGNANI (2000), por exemplo, prefere usar o termo sociabilidade. MARTINS (1992), por sua vez, utiliza o termo temporalidade para designar esta coexistência de tempos datados diversos. Além disso, a noção de espacialidade traz consigo a idéia de processo em permanente movimento, ou seja, não se trata do espaço em si, como objeto analítico, mas do espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético. Mesmo porque não existe espaço *a priori*, ele só pode ser pensado como espaço social, não sendo uma categoria independente da realidade. Nesse sentido, a noção de espacialidade, conforme definimos anteriormente, é mais potente como objeto analítico.

No entanto, se o bairro e a vida de bairro têm uma existência no local que é datada, isso quer dizer que existem outras espacialidades que o precedem e outras que são posteriores à sua desestruturação. Quais são essas outras espacialidades? O que nos levou a constatar a real existência do bairro? Como ocorreu a gênese do bairro e o que explica a sua dissolução?

## **Do rural ao urbano**

Os limites deste artigo não permitem uma reconstituição histórica ampla e detalhada da Água Branca. Dessa forma apresentaremos neste item a história desse local em relação à cidade de São Paulo, como uma contribuição à compreensão dos postulados teóricos e metodológicos aqui discutidos.

A porção da cidade compreendida hoje, de forma geral, pelos arredores da avenida Francisco Matarazzo e ruas Carlos Vicari, Guaicurus e Clélia, e, em parte, da avenida Santa Marina, começa a ser designada "Água Branca" em meados do século XIX, quando da expansão da área rural de São Paulo, e sítios e chácaras ocuparam as margens das principais estradas paulistas. No caso da Água Branca, seu eixo principal de circulação era, em realidade, a antiga estrada de Jundiá<sup>5</sup>.

Além disso concorreram, para a ocupação desse local, a construção da São Paulo Railway, primeira ferrovia paulista, ligando Santos a Jundiá, a qual tem, desde sua inauguração em fevereiro de 1867, uma estação na Água Branca; e da antiga Estrada de Ferro Sorocabana, inaugurada em 1874. Inicialmente, a designação "Água Branca", denotava uma localidade rural do oeste próximo da cidade de São Paulo. O topônimo "Água Branca" está vinculado ao córrego da Água Branca (atualmente canalizado sob a avenida Sumaré e a rua Turiassu), tributário do córrego da Água Preta, este último desaguardo no rio Tietê.

A ocupação mais intensa do local, o parcelamento do solo pelos loteamentos e o conseqüente início do processo de urbanização da área dão-se a partir de 1880, com a instalação de inúmeras fábricas, em razão da disponibilidade de terrenos amplos, planos e relativamente baratos, e da presença das duas importantes ferrovias citadas, principal meio de transporte, sobretudo em âmbito regional, da época.

Com o avanço da industrialização, a área incorpora-se gradualmente à cidade de São Paulo. Entrevistas com antigos moradores, pesquisas em documentos e a própria estrutura física do local apontaram para a existência do bairro, de acordo com o conceito de bairro discutido anteriormente. Voltaremos a

essa discussão a seguir, cumprindo entender, por ora, que há um primeiro movimento importante que vai da localidade rural à urbanização da área, impulsionada sobretudo pela industrialização, o qual vem acompanhado também por uma intensa ocupação, em grande medida, por imigrantes<sup>6</sup>.

A formação da Água Branca enquanto bairro paulistano está, pois, intrinsecamente ligada à industrialização. Foi a instalação de inúmeras fábricas (dentre as quais grandes estabelecimentos para a época, como a Cia. Antarctica Paulista em 1885, a Vidraria Santa Maria em 1896, a Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em 1920, entre outras) que levou à formação do bairro. Este abrigou, ao longo de sua história, variados tipos de indústrias, de diversos setores, com amplo predomínio, porém, daquelas de bens de consumo não-duráveis, indústrias típicas da primeira fase da industrialização na cidade de São Paulo durante o período aproximado de 1880 a 1930, ou seja, o do início do processo de industrialização.

Do final do século XIX até meados do século XX, a área vai industrializando-se e urbanizando-se, paralelamente ocorrendo a formação e o desenvolvimento do bairro e da vida de bairro. A partir de meados do século XX, no entanto, a urbanização assume uma nova dimensão, com a formação da metrópole paulistana.

Assim, com o avanço da urbanização, com a formação da metrópole, a Água Branca é "reincorporada" à cidade, assumindo novas funções, novas formas e conseqüentemente novas estruturas. A área é revalorizada em relação à cidade, ocorrendo um processo de desindustrialização e um paralelo avanço do setor terciário, isso em razão de inúmeros fatores que vão desde os macroeconômicos até às transformações significativas no modo de vida de seus habitantes, conforme veremos a seguir, processo esse pautado em larga medida na grande valorização imobiliária que vem ocorrendo no local.

## **O movimento do local: de localidade a porção imersa na metrópole**

Tendo-se em mente o conceito de bairro, discutido no início, e a breve reconstituição histórica feita anteriormente, tentaremos, neste item, buscar um entendimento da dinâmica desse local, tanto no que tange aos aspectos internos que particularizam o espaço, quanto no que diz respeito às suas relações com a cidade de São Paulo, na tentativa de compreender o movimento desse espaço durante o período aqui

<sup>5</sup> A Água Branca situa-se, em parte, no sub-distrito de Perdizes e, em parte, no sub-distrito da Lapa.

<sup>6</sup> Há inúmeros outros elementos importantes para a compreensão do processo de industrialização/urbanização de São Paulo, vinculados à macropolítica e à macroeconomia, cuja discussão seria inviável nos limites deste artigo.



abrangido (meados do século XIX até hoje), ou seja, buscando uma compreensão das suas diversas espacialidades.

Vimos que esse espaço, denominado Água Branca, constituiu-se, num primeiro momento, como uma *localidade*, o que, nos limites deste estudo, significa um espaço rural amplo, no qual os poucos moradores estavam dispersos em fazendas, sítios e chácaras. O tempo era lento, o ritmo era mais ditado pela natureza, pela chuva, pelo sol. A despeito de provavelmente serem menos frequentes, por causa das distâncias que separavam as famílias, as relações eram possivelmente mais pessoais (primárias). Além disso, tratava-se de uma localidade importante, na medida em que por ela passava uma das principais estradas que demandavam para o interior da província (antiga estrada de Jundiá). Era, pois, um local de movimento, de passagem, de um último descanso antes de se chegar ao centro da capital da província e dali seguir para o porto de Santos ou para a capital do Império.

Não se trata de um espaço bucólico, calmo, livre de conflitos, mas, de um espaço que marca uma forma datada e específica de espacialidade: a da *localidade*.

Num segundo momento, a industrialização e a urbanização por ela induzida marcam uma nova passagem, que não é linear e tampouco isenta de novos conflitos e contradições. É o tempo da estruturação do *bairro*. Um espaço específico, que nasce com a industrialização, mas que permite uma determinada sociabilidade que podemos entender como associada ao sentimento de vizinhança, determinando uma outra forma predominante de espacialidade: a do *bairro*.

O tempo já não é mais o tempo lento da *localidade*, embora persistam resquícios desse tempo lento de outrora. O tempo agora é o do apito das fábricas, do turno de trabalho ininterrupto, dos bondes lotados, do trabalho árduo e sem perspectivas, da corrida diária pela sobrevivência.

Terceiro momento: a desindustrialização, vinculada à intensa valorização dos terrenos da Água Branca e, sobretudo, a expansão da metrópole com a intensificação da urbanização marcam um novo tempo e também uma nova espacialidade: a da *porção imersa na metrópole*. O bairro e a vida de bairro sucumbem diante da *explosão-implosão* da cidade (LEFÈBVRE, 1991) e a partir do novo modo de vida e da nova sociabilidade engendrada pela intensa urbanização.

Nesse momento: A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os 'habitantes') se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e de signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não têm mais importância (LEFÈBVRE, 1991:76-77).

É o tempo de acentuação das relações impessoais, mediadas pela mercadoria, triunfo do capitalismo em sua fase monopolista avançada, do consumo em massa em templos fechados: os *shopping centers*. Sem dúvida que nesse novo momento os conflitos não desaparecem e, como tentaremos mostrar ao longo deste item, as contradições do espaço são produzidas e reproduzidas constantemente pelo capital. GOT-TIDIENER (1997), em sua tentativa de propor uma teoria para a explicação da produção social do espaço urbano, entre outros pontos, também chega à mesma conclusão.

Segundo GOTTIDIENER (1997): A ação do espaço abstrato fragmenta *todos* os grupos sociais, e não apenas o menos poderoso, de tal forma que a vida da comunidade local perde a rua e áreas públicas de comunhão em favor da privacidade do lar. Os vizinhos se tornam cada vez mais estranhos devido à falta de experiências comuns, apesar da aparência superficial de civilidade entre eles, à medida que a rede pessoal de transportes substitui a comunidade localizada do passado com suas relações sociais outrora densas. As novas áreas de comunhão são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica do consumo – os shopping centers, bares de solteiros, parques de diversão e quintais suburbanos (p.271-272).

O bairro e a vida de bairro que este suporta não resistem ao avanço da urbanização, a partir do momento em que o processo passa a configurar essa imensa aglomeração urbana, a metrópole. Segundo LEFÈBVRE (1999b), a cidade *explode*, ou seja, a sociedade urbana se generaliza, entra em todos os lugares e tende a se tornar universal. E, ao mesmo tempo, ela *implode*, é destruída, restando dela apenas fragmentos dispersos. A cidade que se expande na explosão não é a cidade obra, apropriada pelos seus cidadãos, mas a cidade produto, a cidade do capital, aquela em que os valores de troca predominam sobre os valores de uso, uma cidade fragmentada, recortada, reconstruída sobre si mesma constantemente para maximizar a reprodução do capital. Ao comentar a obra de Lefèbvre, KOFMAN & LEBAS (1996) sintetizam que suas análises sobre esse tema, "giram em torno da profunda contradição da desestruturação da cidade e da intensificação e extensão do urbano" (p.18).

Segundo SIMMEL (1967), a vida metropolitana nos remete à idéia de um espaço do indivíduo, do solitário imerso na multidão, tornando-se as antigas relações face a face mais residuais (não que tais relações de proximidade deixem de existir, mas não são mais predominantes). O que se impõe cada vez mais é a impessoalidade. Assim, hoje é possível fazer as compras do

supermercado sem sair de casa, sem ter que ir à rua, esse local inóspito, violento, feio e perigoso. Parece que o modo de vida metropolitano acentua de maneira brutal a oposição entre a rua e a casa, entre o público e o privado, entre o social e o individual. Oposições que marcam atualmente relações de sociabilidade bem diversas, espacial e temporalmente bem delimitadas.

A esse respeito SEABRA (2001) esclarece que: A urbanização contemporânea entendida como processo de transformação qualitativa no modo de viver segue continuamente e coloca no horizonte a possibilidade de uma sociedade urbana. Nessa sociedade estariam profundamente alterados os modos de vida em relação a situações precedentes, pois o sentido da urbanização tem conduzido ao domínio da impessoalidade implicando na alteração de todos os vínculos, na sujeição do tempo, do espaço, do corpo, aos ritmos e sentidos prescritos pela lógica do mercado. Tudo se compra, tudo se vende (p.1).

Aqui entramos numa questão que consideramos de suma importância, a partir dessa idéia das mudanças nos modos de vida, na medida em que não há dúvida de que a cidade de São Paulo, por exemplo, teve seu modo de vida profundamente alterado desde o final do século passado (quando era uma pequena cidade) até os dias atuais (uma metrópole mundial).

Em primeiro lugar, para tentar compreender esta idéia, vejamos o que SIMMEL (1967) escreveu. Esse autor, partindo da clássica oposição entre *comunidade* e *sociedade* formulada por Tönnies, caracteriza o modo de vida metropolitano e o sujeito metropolitano como alguém calculista, individualista, guiado por convenções e relações secundárias e impessoais. Em contrapartida, nas relações comunitárias, que são primárias, prevalece o consenso e há um rígido controle social. Estas se aproximariam do que Simmel mostra como relações mais marcantes dos pequenos grupos, nas quais os sujeitos têm um relacionamento emocional mais profundo, menos calculista, as pessoas se conhecem, são mais solidárias, compartilham de forma mais aguda o bem comum, há vínculos de vizinhança, enfim, um tipo de relação mais facilmente encontrado numa pequena cidade e residual nas grandes metrópoles.

Pode-se dizer que Simmel, utilizando-se da oposição entre relações comunitárias e societárias de Tönnies, formulou, por aproximação, a oposição entre os modos de vida nas pequenas cidades e nas grandes metrópoles. Como veremos, há também uma mudança significativa nas relações que se desenvolvem no bairro antes do processo de urbanização configurar a metrópole e

depois disso, quando o bairro transforma-se em porção imersa na metrópole. Ou seja, no bairro, entendido como parte da cidade de São Paulo antes da consolidação da metrópole, encontramos, com mais facilidade, com mais predominância, relações sociais mais próximas das comunitárias, e, na porção imersa, ao contrário, as relações comunitárias são muito mais residuais. É claro que *não* estamos afirmando que o bairro é uma comunidade; mas no bairro desenvolvem-se, é claro, relações societárias.

Diante disso, quando falamos da Água Branca como uma porção imersa na metrópole como uma nova espacialidade, isso significa, além do mais, que tal espacialidade, ao contrário do bairro, não é mais individualizada com facilidade diante do todo (metrópole). A porção imersa não se comporta como um todo no todo, como o bairro. Trata-se simplesmente de uma fração, uma porção do todo, e uma fração que é composta de fragmentos. Claro que uma porção com características próprias, diferentes das outras porções que também compõem o todo metropolitano. O antigo bairro foi destruído, inclusive fisicamente, sendo recortado por viadutos, grandes avenidas, muros, enfim, equipamentos urbanos que a configuração da grande metrópole demandava. O bairro foi assim recortado, fragmentado e deixou de existir, pois perdeu sua vida.

Um outro nível de entendimento dessa passagem do *bairro* a *porção imersa na metrópole* nos leva a pensar que houve uma centralização do antigo bairro. Ou seja, com o avanço da urbanização e a conseqüente configuração da metrópole, o centro "tradicional" se amplia, ao mesmo tempo em que novos centros são produzidos. Como sabemos, o bairro só existe diante da cidade. Para haver bairros é necessário que haja um centro. Assim, a metrópole é policêntrica e, no caso da Água Branca, ao mesmo tempo em que o local deixa de ser um bairro, ele passa a ser parte de um centro. Portanto, neste caso, a *porção imersa* é centro, comportando-se socioespacialmente como tal.

No entanto, essas espacialidades datadas estão sobrepostas. Uma não significa o fim da outra. Ou seja, tanto a *localidade* quanto o *bairro* ainda permanecem como resíduos de tempos passados na *porção imersa na metrópole*. Em suma, o movimento do local<sup>7</sup> apurado aqui revelou três espacialidades (pelo menos três momentos do movimento da história): a da *localidade*, a do *bairro* e a da *porção imersa na metrópole*.

No que concerne ao questionamento inicial sobre a existência do bairro na Água Branca, pode-se concluir que esse local vive o conflito e a contradição de ter sido um bairro, cuja gênese se encontra no final do século XIX, no sentido de ter tido vida de bairro, e estar atualmente imerso na metrópo-

7 Local aqui é o modo mais genérico e "neutro" para nos referirmos à Água Branca.

le, configurando-se como uma porção desta metrópole, não somente como porção física, mas sobretudo por causa das significativas mudanças no seu modo de vida, marcado cada vez mais pelo individualismo, pela impessoalidade e pela diminuição das relações face a face.

O que possibilitou aqui esse entendimento das espacialidades diversas e sobrepostas foi o método *regressivo-progressivo*<sup>8</sup>, proposto por Henri Lefèbvre, no qual procuramos nos apoiar. Em breves palavras, SEABRA (2001) resume o preceito que está por trás desse método: "o que existiu sempre existe, ainda que seja nos seus fragmentos" (p. 4).

Tal método supõe as seguintes etapas: num primeiro momento faz-se uma descrição horizontal da realidade presente, observando, ouvindo, levantando elementos, descrevendo, sem nos preocuparmos ainda com a análise das diversas temporalidades existentes e sobrepostas.

Num segundo momento, com os olhos do presente, voltamos ao passado para compreendê-lo, desvendá-lo, elucidá-lo. Trata-se do momento *analítico-regressivo*, que parte do preceito formulado inicialmente por Marx, de que "o atual permite compreender o passado e a sociedade capitalista as sociedades anteriores, porque desenvolve as categorias essenciais dessa" (LEFÈBVRE, 1975:17)<sup>9</sup>. É nesse momento analítico que procuramos compreender as diversas temporalidades da história que continuam presentes no atual, mas que datam de outros tempos. Trata-se, pois, de um mergulho vertical na realidade social. "O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica" (MARTINS, 1996:17).

O terceiro momento é o *histórico-genético*, "no curso do qual o proceder do pensamento volta até o atual, a partir do passado já decifrado, apreendido em si mesmo" (LEFÈBVRE, 1975:17). Daí, a partir desse reencontro com o presente já elucidado pelo realizado, pode-se entender o possível, o virtual (futuro). "Tendências e virtualidades são sempre plúrais, e o que é impossível hoje pode tornar-se possível no futuro e vice-versa" (KOFMAN & LEBAS, 1996:9).

Esse método permite, como se vê, uma ampla compreensão da realidade vista em sua complexidade, não a partir de uma história da simples sucessão linear de fatos. O tempo não é definido somente por linearidades, mas também por seus

desencontros e descontinuidades. Além disso, como ficará melhor elucidado adiante, segundo LEFÈBVRE (1997) esse método deixa lugar para estudos locais (como o aqui realizado), em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria geral.

Atualmente vivemos numa sociedade que tende para a urbanização completa, da qual ainda não conseguimos compreender bem a lógica e as contradições concretas, porque um "*campo cego*" se define, ou seja, olhamos para o urbano com os olhos e a perspectiva da sociedade industrial, sua antecessora. Assim, olhamos e não enxergamos o que está diante dos olhos na realidade sensível em sua *turva transparência* (LEFÈBVRE, 1999b). Daí, também, a dificuldade de entender o processo de desestruturação dos *bairros*, que nas condições atuais da urbanização transformam-se no que aqui denominamos de *porção imersa na metrópole*.

Agora, discutidos ainda que brevemente o método e a teoria que dá sustentação a esta pesquisa<sup>10</sup>, é possível afirmarmos que é a *porção imersa na metrópole* que revela o *bairro* e as suas características, assim como a *porção imersa* e o *bairro* revelam a *localidade* rural. Como dissemos na introdução, devemos partir sempre do presente. A regressão sempre parte do presente e de sua enorme complexidade.

Tais espacialidades (*localidade, bairro e porção imersa*) comportam-se, em realidade, como camadas superpostas, interpenetradas e, eventualmente, absorvidas umas nas outras. Essas espacialidades podem ser também compreendidas a partir da teoria do *espaço diferencial*.

Segundo esta teoria: As diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana. Contrastes, oposições, superposições e justaposições substituem os distanciamentos, as distâncias espaço-temporais (LEFÈBVRE, 1999b:117).

Além disso, cumpre esclarecer que essas espacialidades diversas da Água Branca estão vinculadas a um movimento mais amplo (que se dá em escala planetária, não ao mesmo tempo e no mesmo ritmo em todos os lugares), decifrado por Lefèbvre, que vai do rural ao urbano, passando pelo industrial. "Nesse percurso, [há uma] complexificação da sociedade, quando ela passa do rural ao

8 Para a melhor elucidação desse método, ver, em especial: KOFMAN & LEBAS (1996:3-60); LEFÈBVRE (1975:61-76; 1997:65-67; 1999b:33; 1999a:86) e MARTINS (1996).

9 Além disso, LEFÈBVRE (1999b) acrescenta: "Conhece-se o passado a partir do presente, mais do que o presente a partir do passado. O que legitima uma historicidade sem historicismo" (p. 72, grifos nossos).

10 É importante esclarecer que temos a consciência das dificuldades de se trabalhar com o método *regressivo-progressivo* e das dificuldades para se encontrar as contradições nos diferentes momentos. Estamos conscientes, ainda, da profundidade das formulações teóricas de Henri Lefèbvre e do risco que corremos de uma apreensão redutora.



industrial e do industrial ao urbano" (LEFÈBVRE 1999b:153). O espaço e a sociedade têm esse movimento, que não se dá de forma linear, mas com passagens críticas (zonas ou pontos críticos), repletos de conflitos e contradições, além do que, vale insistir, tais passagens não se dão de forma absoluta, na medida em que a sociedade urbana sempre vai trazer consigo resíduos das eras industrial e agrária. "A cidade, sua explosão, a sociedade urbana e 'o urbano' em emergência, superpõem suas contradições às da era industrial e da era agrária" (LEFÈBVRE, 1975:12).

### **Considerações finais: a industrialização e o bairro**

O processo de industrialização é o indutor da urbanização que, no caso de São Paulo, transforma a antiga e pequena cidade na grande aglomeração de nossos dias, mudança que está longe de ser somente quantitativa, ela é, como vimos, qualitativa. Portanto, a industrialização é o processo indutor e a urbanização é o processo induzido. A vida urbana e a cidade eram qualitativamente distintas antes da industrialização. Assim, a indústria não cria a cidade e tampouco a vida urbana, mas é responsável por sua ampliação em escala mundial e sua transformação qualitativa. Não são a cidade e a vida urbana pré-industriais com suas características que explodem, que se generalizam, mas um novo urbano, um modo de vida submetido às exigências do processo indutor. As cidades industriais, tanto as novas quanto as que já existiam e foram apoderadas pela indústria, são absolutamente distintas da cidade medieval e da cidade antiga (LEFÈBVRE, 1991).

Contraditoriamente, é com a urbanização induzida pela industrialização na cidade de São Paulo que surgem inúmeros bairros e que a vida de bairro na cidade se potencializa. Esclarecendo que não estamos nos referindo apenas aos bairros industriais, ou seja, àqueles que suportaram fisicamente a atividade industrial, mas a todos os bairros, com fábricas em seu interior ou não, e que surgiram e tiveram impulso por conta da industrialização da cidade.

Segundo SEABRA (2000): Em todo o ocidente o bairro corresponde a uma espacialidade elementar, cujos nexos são a vizinhança, o parentesco e o compadrio. Foi pela articulação destes três níveis que o bairro ganhou realidade, traduzindo-se como vida de bairro, produzindo profundos enraizamentos. Mas, não obstante ser o bairro um fenômeno pré-moderno, foi sob os impulsos da industrialização que a vida de bairro se tornou mais ampla, difusa, diversa e rica. [...] Além disso, a vida de bairro, impulsionada pela industrialização em São Paulo, foi levada a um extraordinário sincretismo, porque reuniu matrizes

culturais muito diversas. Reuniu aos negros, brancos e índios, estes que estavam na origem da ocupação e do povoamento da região de São Paulo, a imigração estrangeira (p.12).

Portanto, esse duplo processo de industrialização/urbanização exerce um duplo e contraditório papel: primeiro ao formar e dar vida a inúmeros bairros e depois ao desestruturar tais bairros, tornando a vida de bairro apenas residual diante das novas espacialidades produzidas.

ANDRADE (2000), ao estudar os bairros do Brás, Moóca e Belenzinho, também constatou que: O mesmo processo que integrava os bairros à cidade de São Paulo, dissolvia, desestruturava a realidade dos bairros industriais e operários das primeiras fases da industrialização paulistana (p.9).

SEABRA (2000) expõe claramente o vínculo entre a industrialização e a gênese dos bairros em São Paulo.

Ela afirma que: A industrialização é concentradora, maximizadora do uso do tempo e do espaço. Por sua lógica reúne aquilo que está disperso e potencializa enormemente o que reúne. Foi assim que os primeiros imigrantes, operários, artesãos de diferentes ofícios foram se estabelecendo em meio aos caipiras, relacionando-se com os caipiras sem mesmo disporem ambos de uma língua comum. Mas por suas práticas fortemente enraizadas acabaram criando o *ethos* da vida de bairro (SEABRA, 2000:13).

Em suma, a industrialização, entendida como processo indutor da urbanização, foi a responsável pela formação dos bairros e, por conseguinte, da sociabilidade a este associada e, ao mesmo tempo, foi responsável por sua dissolução. Uma desestruturação que, ao contrário de sua estruturação, não foi repentina, mas anunciada em seu surgimento, pois a configuração da metrópole que se anunciava iria, dentro de algumas décadas, destruir a vida de bairro.

Foi nesse contexto e com essa preocupação que (re)descobrimos o bairro. O ponto de partida foi a realidade presente. De seu questionamento surgiram as perguntas que formulamos na introdução deste artigo. Porém, os caminhos da pesquisa (inclusive os que foram abandonados) e o método utilizados não somente nos mostraram o bairro, mas também outras espacialidades, anteriores e posteriores ao bairro. Assim, este foi descoberto, datado e, além disso, compreendido em meio à complexidade não somente da história em que se inscreve, mas também diante da complexidade do espaço atual.

Por fim, a condução da pesquisa – que foi uma tentativa de seguir os procedimentos do método *regressivo-progressivo*, proposto por Henri Lefèbvre – revelou três espacialidades: a primeira, da *localidade* (rural); a segunda, do *bairro* (industrial) e a terceira, da *porção imersa na metrópole* (serviços). Tal entendimento sustenta-se na tentativa feita de uma interação constante entre o empírico (considerado de forma ampla) e as teorias sobre o urbano.

Tentamos mostrar tais espacialidades, não como separadas, desvinculadas, mas como um conjunto, uma antecipando e anunciando a outra, num imenso e complexo movimento da história, que se dá num pequeno local.

O estudo da história e do movimento de um pequeno local

pode ser muito mais do que parece a princípio, ou seja, o estudo do simples, do menor e com poucas possibilidades analíticas. A escala local não restringe as possibilidades de exploração, ao contrário do que o pensamento cartesiano poderia supor.

É importante frisar que as possibilidades de estudo do bairro, na sua totalidade, são tão amplas e complexas que aqui procuramos abordar apenas alguns aspectos dessa extensa gama.

Procuramos mostrar que essa história local não somente está contida na história mais ampla da cidade de São Paulo, mas também contém a própria história da cidade e da metrópole, revelando, a cada instante, um pouco dela, num movimento dialético.

RAMOS, A. W. (2002) Space-time in São Paulo city: historicity and spacialiaty in the "neighborhood" of Água Branca. *Revista do Departamento de Geografia*, n.15, p. 65-75.

**Abstract:** This article tries to discuss some questions about the space-time relationship on São Paulo City and how its theories and methods imply on geographical researches. The discussion content is also based on empiric studies about a sector of São Paulo City, named Água Branca (located on the near west of the city). Such studies, starting from the present reality on its complexity, reveal that Água Branca has different spacialiaties in the history. So, it was possible to understand the present of this space on a large way. We have as the base of these discussions, the interaction between theories of industrialization, urbanization and its relations, and empirical analyses of this local. The main point of the discussion is the neighborhood and its conception what actually is the starting point of the analysis. As we will try to show, the neighborhood here is discovered and rediscovered, from the inseparable movement of *space-time*.

**Key words:** Neighborhood; City; Urbanization; Space.

Recebido em 27 de agosto de 2002, aceito em 14 de abril de 2003.

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. M. de. (2000) Brás, Moóca e Belenzinho: formação e dissolução dos antigos bairros "italianos" além Tamanduateí. *Travessia: revista do migrante*. v. 13. n. 38, p. 5-10.
- GEORGE, P. (1983) *Geografia urbana*. Tradução Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução. São Paulo, Difel. 236 p.
- GOTTDIENER, M. (1997) *A produção social do espaço urbano*. 2.ed. Tradução G. de Souza. São Paulo, Edusp. 310 p.
- KOFMAN, E.; LEBAS E. (1996) Lost in transpositions – time, space and the city. In: LEFÈBVRE, H. *Writings on cities*. Oxford/UK – Cambridge/USA, Blackwell Publishers. p. 3-60.
- LEFEBVRE, H. (1975) *De lo rural a lo urbano*. 3.ed. Barcelona, Ediciones Península. 268 p.
- LEFEBVRE, H. (1991) *O direito à cidade*. Tradução R. E. Frias. São Paulo, Editora Moraes. 145 p.
- LEFEBVRE, H. (1997) *The production of space*. Tradução D. Nicholson-Smith. 8.ed. Oxford(UK)/Cambridge(USA), Blackwell Publishers. 454 p.
- LEFEBVRE, H. (1999a) *A cidade do capital*. Tradução de M. H. Ramos e M. Jamur. Rio de Janeiro, DP&A. 180 p.
- LEFEBVRE, H. (1999b) *A revolução urbana*. Tradução S. Martins. Belo Horizonte, Editora da UFMG. 178 p.
- MAGNANI, J. G. C. (2000) Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. 2. ed. São Paulo, Edusp/Fapesp, p. 12-53.
- MARTINS, J. de S. (1992) *Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo, São Caetano, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul. 363 p.
- MARTINS, J. de S. (1996) As temporalidades da história na dialética de Lefèbvre. In: \_\_\_\_\_ *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec. p. 13-23.
- RAMOS, A.W. (1998) *Industrialização e desindustrialização na metrópole paulistana*. São Paulo, 1v. Trabalho de Graduação Individual – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- RAMOS, A.W. (2001a) Desindustrialização na metrópole paulistana: o caso da Água Branca. *GEOUSP: espaço e tempo*. n.º 10, p. 91-113.
- RAMOS, A.W. (2001b) *Fragmentação do espaço da/na cidade de São Paulo*: espacialidades diversas do bairro da Água Branca. São Paulo, 1v. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SEABRA, O. C. de L. (2000) Urbanização: bairro e vida de bairro. *Travessia: revista do migrante*. v 13. n.38, p. 11-17.
- SEABRA, O. C. de L. (2001) *Memória, cidade e paisagem*. São Paulo, mimeo. 5 p.
- SIMMEL, G. (1967) A metrópole e a vida mental. Tradução S. M. dos Reis. In: VELHO, O. G. (org.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. p. 13-28.
- SOUZA, M. J. L. de (1989) O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*. n. 51, p. 139-172.